

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

ASPECTOS DO CLAUSTRO DO MUSEU ALBERTO SAMPAIO.

TEIXEIRA, Maria Emília Amaral

Ano: 1960 | Número: 70

Como citar este documento:

TEIXEIRA, Maria Emília Amaral, Aspectos do Claustro do Museu Alberto Sampaio.
Revista de Guimarães, 70 (1-2) Jan.-Jun. 1960, p. 132-168.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmento.uminho.pt

URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Aspectos do Claustro do Museu Regional de Alberto Sampaio

Por MARIA EMÍLIA AMARAL TEIXEIRA
Directora do Museu Regional de «Alberto
Sampaio» (Guimarães)

Quem hoje visite o Museu Regional de Alberto Sampaio e se deleite com um dos mais curiosos arranjos de museus portugueses, considerando especialmente o claustro, não pode imaginar por que transformações aquela quadra tenha passado e quantas obras de arte por ali houvesse espalhadas desprezenciosamente, sem a ideia preconcebida de atrair e educar o gosto dos que as contemplavam, como hoje é forçoso que se faça.

Arrimamo-nos ao muito saber do arqueólogo Dr. Manuel Monteiro para dizer que «foi [...] pelo último quartel do séc. XIII que se edificou a crasta de cuja cobertura de madeira se firma, de um lado na austera silharia românica, e, de outro se apoia numa teoria de arcadas de meio ponto e de arestas chanfradas que, por seu turno, repousam sobre colunas assentes num estilóbato». (1) Documentando que o edifício de Mumadona se transformara em palácio real para morada do Conde D. Henrique e que nele «cresceu e viveu D. Afonso Henriques até à idade adulta» afirma que «o abandono desse primeiro lar realengo e a transferência consequente da Côrte para Coimbra sugeriu, provavelmente ao extraordinário prelado D. João Peculiar a oportunidade do seu aproveitamento para a fundação da Colegiada da observância da regra de Santo Agostinho. Pouco mais de um século volvido, o respectivo Capítulo, sob o crescente

(1) O Românico Português in «Revista de Guimarães», vol. LVIII, pág. 184-201.

prestígio da devoção e cúmulo de bens, decidiu aditar à fábrica henriquina um claustro para maiores comodidades e desafogos dos serviços cultuais. «Daqui resultou este caso originalíssimo e único [...] de uma igreja ser circuitada ou envolvida pelos pórticos claustrais» ponto

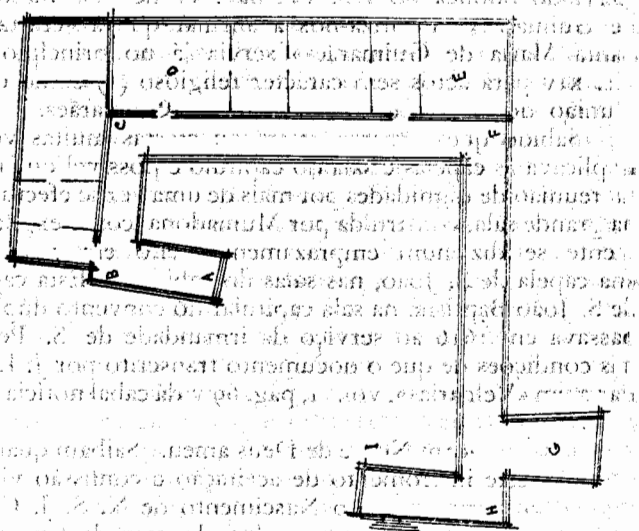


Fig. 1 — Esquema da distribuição antiga das salas, capelas e altares boje-localizáveis.

- A — Altar de N.ª S.ª da Pombinha (sec. XVI)
- B — Altar de S. Roque (sec. XVII)
- C — Altar de S. Cosme e Damião (sec. ?)
- D — Capela de S. Pedro (sec. XVII)
- E — Refeitório (sec. XIV)
- F — Altar de S. Luís (sec. XIV) e depois de N.ª S.ª da Piedade (sec. XVI)
- G — Capela de S. Brás (sec. XV)
- H — Altar de Santo André (sec. XVI)
- I — Altar de N.ª S.ª da Conceição (sec. XVI)

este para que sempre no Museu se costuma chamar a atenção dos visitantes. A irregularidade do traçado do claustro resultou igualmente da acomodação a que havia de sujeitar-se por «necessidades fortuitas que fizeram do claustro da Senhora da Oliveira, salvo erro, um paradigma sem paralelo na arquitectura da Europa Medieval» (Fig. 1).

Além do movimento próprio do logradouro para que terá nascido, não podemos imaginar a quadra nos seus

primeiros aspectos. Estavam despidas as paredes? Que altares se tenham adossado a elas e se já começava a servir de necrópole, não sabemos.

Uma carta régia de composição, passada em 1333 e que o incansável antiquário vimaranense A. L. de Carvalho publica no vol. IV, pág. 57 de «Os mesteres de Guimarães» autoriza-nos a afirmar que a «crasta de Santa Maria de Guimarães» servia já no princípio do séc. XIV para actos sem carácter religioso (1) como o da reunião dos juizes e conselheiros de Guimarães.

Sabido que o termo crasta ou crastas muitas vezes implicava as capelas e sala do capítulo é possível que uma tal reunião de dignidades por mais de uma vez se efectuasse na grande sala, construída por Mumadona, como explicitamente se diz num empraçamento feito em 1552 (2) «na capela de S. João, nas salas do cabido». Esta capela de S. João Baptista, na sala capitular do convento dúplice, passava em 1616 ao serviço da irmandade de S. Pedro nas condições de que o documento transcrito por J. L. de Faria em «Velharias», vol. II, pág. 69 v dá cabal notícia (3):

«Em Nome de Deus amen. Saibam quantos este instrumento de aceitação e confissão virem que no anno do Nascimento de N. S. J. C. de 1616 annos aos tres dias do mez de Setembro do ditto anno nesta vila de Guimarães nas crastas da collegiada igreja de Santa Maria d'Oliveira estando ahi presente o conego Affonso Garcia juiz que este anno e da Confraria e irmandade de S. Pedro e assim o padre João Soares escrivão da dita irmandade por elles em presença de mim tabelião e testemunhas ao diante nomeadas foi ditto queelles e os mais

(1) Seguindo na tradição do que se fazia com as alpendradas de igrejas e capelas, que eram ponto de reunião de assembleias civis.

(2) Tombo Municipal (A 1-1-2) em 25 de Janeiro de 1552.

(3) Manuscrito existente na douta Sociedade Martins Sarmento em que, como noutros, o paleógrafo João Lopes de Faria registou muitos documentos referentes a fastos de várias igrejas, irmandades, Câmara, hospitais de Guimarães.

padres irmãos da dita confraria e irmandade de S. Pedro pediam licença ao Rd.º Cabido da dita collegiada igreja pera que pudessem dizer as missas e fazer os officios divinos da obrigação da dita irmandade dentro na capella de S. João Bautista sita nas crastas da dita igreja que se chama o cabido velho e p Rd.º Cabido foi contente de elles poderem dizer as missas e fazer os officios da obrigação da irmandade emquanto for vontade do dito Cabido sem elles juiz escrivão nem os irmãos da dita irmandade que ora são e adiante forem terem posse alguma nem direito da dita capella mas somente podese sem della usar precariamente ad nutu e vontade e beneplacito do dito Cabido e todas as vezes que por elle lhe fosse mandado que não usassem da dita capella nem nella dizer missas nem fazer officios elles assi o cumprirão e somente poderão levar e tirar da dita capella as peças de ornamento e de serviço do altar e os almarios e caixas em que estiverem metidas e todas as mais peças e moveis pertencentes à dita confraria que feitas fossem à sua custa e não poderão tirar grades nem portas nem desfazer altar ainda que este seja feito à custa da dita confraria e poderão outrosi levar as Images incorporadas que tiverem feito e no altar que fizerem sempre ficará pintado o bemaventurado S. João Bautista por a capella ser de sua invocação e a chave da dita capella tera o sachristão que e ao deante for da dita collegiada igreja e elles irmãos poderão ter outra chave e na capella se poderão dizer missas e fazer officios de defuntos comtanto que não seja nos dias e horas concorrentes da obrigação da dita confraria de S. Pedro e porque elle juiz escrivão e mais padres irmãos foram contentes de aceitar o uso da dita capella na forma declarada elles em nome da dita confraria confessavam tudo e prometiam que em todo o tempo do mundo despejariam a dita capella e della não usariam mais tanto que pelo Rd.º Cabido ausente e das mais pessoas que tocar possa e outorgaram um

e muitos instrumentos desta nota sendo presentes como testemunhas Trocade de Mello creado do Mestre Escola da dita Collegiada da igreja e Francisquo Soares barbeiro morador na praça da villa que todos assignaram aqui João d'Abreu tabelião que o escrevi. Affonso Garcia. João Soares Sodre. Troquade de Mello. Francisco Soares».

João Lopes de Faria lembra que, não obstante, até a Irmandade se ter instalado na Igreja de S. Pedro várias foram as desavenças que não seriam de prever com os bons propósitos expressos no «instrumento».

É ainda o mesmo paleógrafo quem regista em «Efemérides» — 8 de Maio de 1620 — que «o Cabido delibera que não se cantem officios nem missas no corpo da sua igreja, mas sim no claustro, na capela de S. João Baptista, onde fôra em tempo o capítulo, excepto os que forem dele cabido, ou da irmandade dos padres da Curaria».

Grande salão, vemos que há que utilizá-lo para vários fins. A quando de visitações é frequente datá-las pelo séc. XVII «nesta Real Collegiada nas claustras della dentro na capella de sam pedro».

Mais fúnebre era o préstimo que lhe passou a atribuir D. Domingos de Portugal e Gama, prior da Colegiada, na sua visitação de 22 de Maio de 1770 ordenando que a «exposição dos corpos que tiverem sepultura na igreja será feita na capela de S. Pedro, chamada misericórdia velha» exceptuados tão somente os dos «reverendos cônegos, pais ou irmãos destes, e os das pessoas de distinta nobreza que tiverem o foro ou os dos padres da curaria» (1).

Conjugando este chamar misericórdia velha à capela de S. Pedro, com duas referências de 1576 e 1590 que podem ler-se a pág. 18 da obra de A. L. de Carvalho «Santa Casa», vol. I, «na casa da Misericórdia que esta nas crastas da colegiada... lugar e costume onde se faz o cabido» não podemos deixar de interrogar-nos se também, embora passageiramente, no mesmo salão não

(1) Boletim de Trabalhos Históricas, vol. X, pág. 99.

se terá reunido a Mesa e Irmandade da Misericórdia, pois sabemos que «lugar e costume onde se faz o cabido» era a capela de S. João que depois foi de S. Pedro.

Não se julgue porém que só graves semblantes de altos dignitários, ou carpidos de almas alanceadas pela perda de seus familiares, se reuniam na velha capitular. Não. Ecoaram nas suas paredes vozes de anjos, frescas, melodiosas, como em todas as épocas são as vozes das creanças. Ali se juntavam os meninos para aprenderem a ler e cantar, como é de supor pelo texto de uma visitação de 17 de Setembro de 1538 — «ho mestre escola mandaraa ensinar a tarde dentro na claustra da dita Igreja segundo forma de nosso Regimento sob pena de çinco cruzados cada hum q. ho não comprir e hos freygueses q. mandem os moços aaprender segundo forma do dito Regimento» matéria que é objecto do cuidado do mesmo visitador em 12 de Novembro de 1565, fazendo saber que insistia porque «por experiêcia temos achado q. os mininos aprendem mais facilmente a doutrina cristã sendo lhe emsynada cantada que da maneira q. se ora emsyna, Aos ditos curas outro si mandamos [...] cõforme as nossas visytações atraz sob penna de quatro mil rs».

O local «dentro nas crastas» é abolido dois anos depois ao ordenar-se que «os dinidades e conigos q. não souberem cantar aprendão... na igteia ou nas crastas» mas é bem possível que sempre que o tempo se não apresentasse ameno e por qualquer motivo estivesse impedida a Igreja, servisse o grande salão capitular para exercícios de vozes mais robustas e potentes.

Não podemos dizer como tenha sido a primitiva sala capitular, e até que ponto os architectos cluniceses a teriam modificado, mas é bom de crer que lhe não tenham alterado a arquitectura, como faz supor a adopção do desenho da porta em que só a magnífica decoração é já do românico borgonhês do período condal, excluída é evidente a decoração das aberturas que se rasgam de um e outro lado da entrada da sala, aberturas que sendo coevas da porta, ao serem restaurados os pequenos capitéis dos colunelos centrais, acabaram por tomar um tema do claustro que é muito mais tardio.

Comparando com o que sabemos de outras capelas da crasta, é desta que afinal subsistem mais elementos.

Alfredo Guimarães, fundador e director do Museu Regional de Alberto Sampaio, sob cuja orientação se fez o restauro de todo o claustro e salas anexas (1) diz que ainda em 1928 havia restos «na capela capitular» de frescos alusivos a S. João Baptista, porventura coevos da primeira capela, que era da sua invocação, como já vimos. Desses restos que não deixavam de permitir que se percebesse serem alusivos à vida do Baptista, é lamentável que não se tivesse fixado nenhuma amostra, ainda que mais não fosse para documento do que seriam em desenho e cor. Temos de contentar-nos hoje com a notícia de que existiram.

Felizmente mais elementos nos ficaram da capela de S. Pedro. É dela o tecto que ainda hoje se pode admirar, pintado a têmpera, todo em painéis de gosto renascentista, vendo-se no central a tiara do primeiro Papa. A data de 1679 nele inscrita é a do restauro que o mesmo sofreu nesse ano; igualmente dela é o magnífico altar renascentista que se expõe numa das salas do Museu e do qual A. Guimarães podia dizer, no seu excelente «Guia de Turismo» ed. 1953, pág. 128-129: «Distribuída com superior critério artístico, a escultura está situada da seguinte forma: no tímpano a imagem de vulto de S. João Baptista; no segundo plano, e ao centro do retábulo, as imagens em alto relevo de S. Paulo e S. João Evangelista; na base das colunas, Santo Elias e Santo Antão; e na base extrema, sobre o frontal, três quadros representando o Cativo, a Aparição de Cristo e a morte de S. Pedro. Se as formas arquitectónicas e escultóricas garantem a distinção ao Mestre que as concebeu e realizou, não o distingue menos o aturado trabalho da pintura de estofado, e, sobretudo, o da imitação dos charões orientais, que esmaltam não só os panejamnetos como o fundo das edículas de toda a admirável obra de Arte. É um dos mais ricos retábulos apresentados dentro do ciclo artístico do género, em toda a área de

(1) «Todas as outras salas eram, ao tempo, mais propriamente «lojas»; somente a capitular tinha chão de lagedo. A actual sala chamada de Aljubarrota era mesmo uma nitreira. A sala em que se apresentam as talhas recolhidas da capela do Convento de Santa Clara de Guimarães fôra, pelo menos no séc. XIV o refectório.

magníficos entalhadores que sempre foi Guimarães». Por hipótese, admite-se que o seu autor pudesse ter sido João Coelho (1).

Reynaldo dos Santos (2) vê nesta obra características que denunciam ainda uma vez mais, influência flamenga na nossa escultura em madeira, até mesmo tardiamente, pois considera o altar da época de D. João III.

Cotejando o que diz o «instrumento de aceitação e confissão» com a linguagem da peça, vemos que ela não podia existir já antes do contrato estabelecido entre o Cabido e a Confraria. A data do documento está certa. Deve tratar-se portanto de uma peça do primeiro quartel do séc. XVII, embora um tanto arcaizante, no que respeita à figura, porque nos elementos arquitectónicos ela é expressiva da época da sua factura, nomeadamente no emprego das pirâmides que rematam o títmano. Lamentavelmente a imagem de S. Pedro já não figura no local para que foi esculpida. Não era a única que havia na Colegiada, como dá notícia um calendário do séc. XVII — «neste mesmo dia faz a Irmandade de S. Pedro a festa do Santo no corpo da Igreja, para a missa que tudo é solene ornamento de veludo carmesim e tela amarela, e toda a prata, pano no púlpito se houver sermão, e por haver a imagem de S. Pedro no altar-mór aonde se porão dous castiças com duas velas defronte, se não deve trazer a imagem da capella do Santo» (3).

Devendo prever-se pelo texto do instrumento citado que em todo o sempre as relações entre a Irmandade e o Cabido seriam fraternais, a realidade foi de constantes e onerosas questões, pendências infundáveis e de tal importância que chegaram à jurisdição papal. Desejosa de libertar-se das tiranias do Cabido e enquanto os seus bens sempre desfalcados pelas querelas lhe não davam para edificar uma capela própria, tentou aquela adquirir um altar lateral da igreja de S. Dâmaso, o que não conseguiu. Em 1733 instalou-se provisoriamente numa capela da

(1) O mais provável é que o ensamblador tivesse sido um, e o imaginário outro; que até mesmo no tratamento das figuras há nítida diferença de qualidade na de S. João Baptista, cuja factura é bastante inferior.

(2) A escultura em Portugal, vol. 2.º pág. 21 e fig. 17.

(3) Eduardo d'Almeida — Os Cônegos da Oliveira, pág. 396.

claustra de S. Francisco onde esteve até 1750, ano em que a Irmandade se muda para capela de sua propriedade erecta onde hoje se acha a basílica também por ela cons-

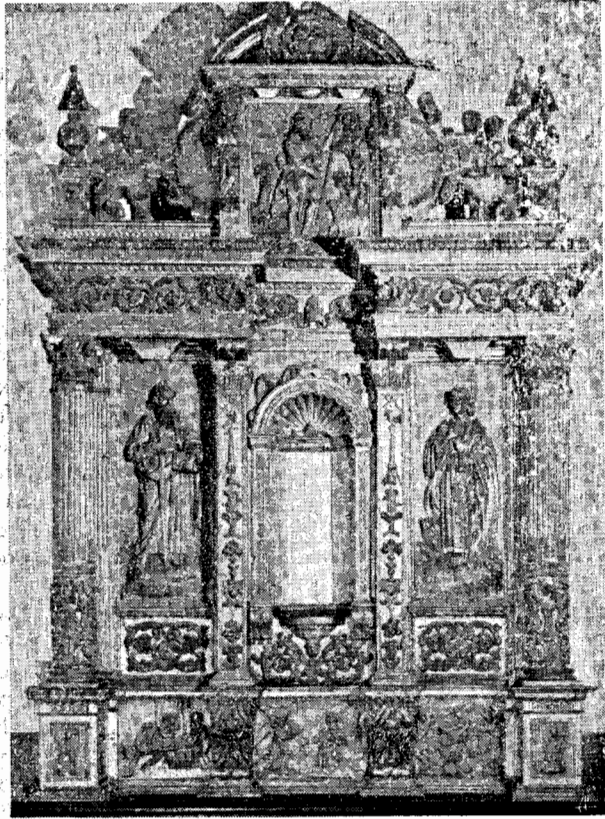


Fig. 2. — Altar seiscentista da Capela de S. Pedro.

truída. A 29 de Novembro desse ano foi processionalmente conduzida e entronizada a imagem do padroeiro, que talvez não fosse a que hoje ali se encontra, imagem de roca com hábitos pontificais, que julgamos mais moderna. Seria a que pertencia ao altar e cremos seja uma que se

guarda na sacristia (1). Muito provavelmente ao abandonarem, em 1733, a sua primeira instalação, teriam levado «peças e móveis» e as «Imagens incorporadas». Não podendo desfazer o altar, só a ele deixaram. (Fig. 2)

Não era este altar o único que se abrigava numa capela. Um outro existia na «crasta» e a que não menos vezes os documentos se referem. Abrigava-se na capela que foi mandada construir pelo vedor da fazenda de D. João I, Álvaro Gonçalves de Freitas, entre 1419 e 1421, onde ainda hoje se encontram inseridos na parede, sob arco quebrado, ao fundo, o túmulo do fundador e à esquerda o de sua mulher Beringela Gil.

É a capela de planta quadrangular e na cobertura que se eleva a um nível superior ao da altura máxima do telhado do claustro, portanto dentro de outro cânone de proporções, encontramos elementos característicos do gótico. A abóbada é de ogivas de quatro braços que repousam em mísulas figuradas onde foram esculpidos curiosos grotescos: na do ângulo esquerdo a entrada, são dois quadrúpedes afrontados, de face humana e com longas barbas, certamente um deles o Diabo com seus chifres; na do mesmo lado mas ao fundo, é uma face humana cujas orelhas são devoradas cada qual por um quadrúpede, a um dos quais a figura central aperta o pescoço com a mão esquerda; na do ângulo de entrada à direita são figuras humanas com corpo de pássaro, orelhas asininas em faces humanas de longas barbas para as quais parece apontar-se a frecha que a besta está pronta a disferir. Só a quarta mísula apresenta uma figura escoreita que é um anjo. Na parede lateral esquerda, as armas dos herdeiros da capela são ao gosto do séc. XVII (2) mas foram realizadas por um canteiro de Guimarães em 1928.

As duas janelas que iluminavam a quadra, uma no pano do fundo (entaipada) e outra no lateral poente,

(1) Na sacristia da Basilica de S. Pedro existem três imagens — duas que julgamos do séc. XVII e uma do séc. XVIII. Das do séc. XVII, a menor, parece-nos poder ser a que teria pertencido ao altar, pois a factura aproxima-se muito da do S. João Baptista. Mesmo no que respeita ao tamanho adequa-se muito ao espaço da edícula.

(2) Armando de Matos em «Pedras-de-Armazém de Portugal» atribuiu-lhes esse século para a época da sua factura.

também de arco quebrado e com molduras góticas, têm hoje vidros brancos de «vidro catedral» que não era seguramente o que se veria ao tempo do acabamento da capela, pois a brancura cisterciense das janelas não tinha razão de ser nestas, onde é mais de crer tivessem rutilado os coloridos de algum vitral.

Como sabemos, todo o que desejasse fundar um morgadio obtinha licença da autoridade eclesiástica para edificar uma capela isolada ou um altar numa igreja, podendo também ampliar algum já existente. Estas obras ficavam-lhe pertencendo para sepultura própria e dos seus, e, com o pretexto de a manter, doava-lhe bens sob a gerência administrativa do morgado, geralmente filho varão mais velho do doador, com obrigação de certas missas e solenidades religiosas, fruindo o morgado do excedente dos rendimentos.

A capela de que nos ocupamos foi justamente fundada para a instituição do opulento morgadio de Cezins, sendo ela da invocação de S. Braz.

Dizia assim Álvaro Gonçalves de Freitas em seu testamento de 22 de Outubro da era de 1457 (Cristo 1419) — «Rogo a Diogo Martins a quem dou encargo de mandar fazer a capela de Sam Braz que a nom faça baixa e se guarde das janelas escontra o vendaval e que faça hy fazer huum bom altar i pintar toda a parede do altar e poer hy huma Imagem de Sam Braz e outra de Santa Maria e que ponha hi huum calez de prata de huum marco e mejo com humas galhetas com a mjnhas vestimentas e que se ponham em huma arca fechada pera cantarem com ellas nos sabados e nas myssas do Serviço de Santa Maria e nas myssas que se disserem por mjnha alma e da dita Beringeira Gil e catem boons pedreiros e boom pintor que saibam bem obrar todo...»⁽¹⁾

Da obra dos pedreiros já alguma coisa dissemos; da do pintor, que era fresquista, nada se poderá dizer pois que de todo se perdeu. A pág. 79 do vol II de «Mobiliário Artístico Português» disse Alfredo Guimarães: «No claustro da Colegiada de Guimarães conhecemos ainda (1928) algumas pinturas a fresco, em deplorável estado de ruína,

⁽¹⁾ Abade de Tagilde — Apontamentos para a história de Guimarães, pág. 14.

sendo uma ao lado direito da face exterior da capela de S. Brás, representando Cristo a caminho do Calvário e que deveria em tempos ter tido continuação, decorando no claustro, o chamado recinto da via-sacra. Dentro da capela da mesma designação, ao fundo, sobre o túmulo do almoxarife Álvaro Gonçalves de Freitas, e da esquerda, entre esse túmulo e o de Beringela Gil, vários quadros, fragmentos de uma grande composição gótica, irremediavelmente perdida, celebravam o nascimento e vida de S. João Baptista». No entanto em 1942 o mesmo autor alargava a informação, descrevendo o que ele tivera a felicidade de poder contemplar, ou fossem, «dois quadros murais representando o Nascimento de S. João Baptista, do lado sul, e a Visitação de Santa Isabel a Nossa Senhora, do lado de nascente». Estes pequenos quadros eram envolvidos por «densa e desenvolta reprodução de laçarrias, desdobradas até à ogiva e aparentemente inextintas, com aves suspensas sobre o arco das volutas e pequenas máscaras de Anjos e Camponeses encarapuçados constituindo o remate original do mesmo motivo artístico». No quadro do Nascimento de S. João Baptista que assentava num fundo de cortinados, via-se o leito com dossel suspenso por colunas, a parturiente soerguida e duas mulheres banhando, ao que parecia, «um corpo disforme de creança»; na base do mesmo quadro e escrito em caracteres góticos, a legenda «Este he o verdadeyro Nascimento do Bautista». No outro quadro, ao ar livre, representava-se a Visitação, com as duas figuras vestidas rigorosamente pelos costumes do séc. xv (Estudos do Museu Alberto Sampaio, vol I, pág. X e XI). Era essa a obra do bom pintor que o fundador da capela pedia que se procurasse.

Como os frescos fossem reconhecíveis ainda em 1928 é o que nos admira depois da exigência do visitador de 14 de Julho de 1685, capítulo 26 — «O Administrador da capela da Misericórdia velha mandara cair as paredes de modo que fiquem todas brancas e não apareçam umas pinturas indecentes que se vem nellas, como também alimpa-la de alguma madeira e azulejo que a esta ocupando e por de nova uma toalha para o altar, dous castiçais um frontal e todos mais moveis necessarios para se dizer missa por se nos não haver mostrado algum dos que são precisos para ela nem nos constar que os haja, o que tudo satisfara o

dito administrador em termo de seis meses e não o fazendo se lhe pora sequestro nos frutos da mesma capela que não sera levantado sem expressa ordem nossa» (1) É muito possível que pelo desleixo do Administrador, que deixava que o altar estivesse falho de tantas peças, a ordem não fosse cumprida, pois é renovada em 1686, quanto ao caiamento. E também pode ser que o donatário tivesse relutância em executá-la... Mas o silêncio que posteriormente se faz sobre este ponto, levamos a crer que se cumpriram as determinações dos visitantes. Outras conhecemos relativamente as peças da mesma capela: a de 3 de Março de 1624 para que «o administrador da capella de S. Bras sita na claustra desta collegiada mande fazer, e ponha no altar da mesma capella hum frontal de chamalote (2) vermelho e branco ate dia denatal sob pena demil Rs»; a de 31 de Março de 1631 para que «o Administrador da Capella q chamão do Serviço, ou da Misiricordia velha mande reformar a imagem de Nossa Sr.^a q esta na ditta Capella; pqquanto julgamos por indecente aq aly achamos, e ponha duas toalhas no altar, e Retabolo, sob pena de milreis. ate a pr.^a Dominga do Advento»

A imagem de Nossa Senhora a que o documento se refere é de crer que fosse a quinhentista. Não julgamos que se achasse velha; nesse caso teria o visitador dito «antigua» como disse na mesma visitação acerca do Cristo que estava na capela dos Pinheiros. (3) Julgamos, sim, que na sua concepção alguma coisa chocasse o puritanismo do visitador, sem dúvida formalizado nos princípios de reforma tridentina. Fosse como fosse o certo é que hoje não se encontra a imagem original, o mesmo se verificando quanto à do orago da capela, se acaso nela

(1) Boletim de Trabalhos Históricas, vol. X, pág. 105.

(2) Chamalote, segundo Bluteau, seria um tecido de pelo de camelo que o mesmo autor diz que também chamavam camalote. Textos citados por Afonso Lopes Vieira in «O Archeologo Portugues» vol. XXVIII falam de chamalotes de seda. É de crer que fosse deste o que se exigia para o frontal. O tecido seria talvez da familia dos veludos.

(3) Veja-se nosso artigo «Um curioso tipo de Nossa Senhora da Piedade» inserto na Revista «Gil Vicente» número de Março-Abril do corrente ano.

havia imagem de vulto. A imagem de S. Braz que A. Guimarães expôs sobre uma mísula moderna, à entrada da capela, não é a da fundação da mesma.

Vimos na última Visitação citada ordenar-se ao administrador que ponha «Retabolo». Porquê? O altar já tinha um. Estaria definitivamente estragado? Cremos que não. Talvez a oxidação dos vernizes fizesse pensar que sim e daí a ordem do visitador. Supomos que o primitivo retábulo, o primeiro que teria havido nesta capela, ainda hoje existe e por fortuna se expõe no Museu. Segundo cremos será uma peça a contar entre o número das poucas obras de arte que subsistem das que foram devidas à munificência do Arcebispo D. Fernando da Guerra, a quem se deve como é conhecido o túmulo de S. Geraldo na Sé de Braga, a construção de uma Casa para livraria e a renovação dos seus núcleos, uma magnífica cruz de prata dourada que tinha gravado o nome e braço do doador, dois riquíssimos pontificalis e, é de crer que também de bom nível artístico, a estátua jacente que cobria o seu túmulo, colocado aos pés do de S. Geraldo, colecção de peças de que só este túmulo ainda existe, pois até a jacente do arcebispo desapareceu.

Não havemos de esquecer que à capela de S. Braz também se dava o nome «do Serviço» pois na capela tumular da instituição do vedor de D. João I, funcionou desde a sua fundação a Confraria de Nossa Senhora do Serviço, certamente anuindo ao desejo do fundador da capela de que as missas do Serviço de Santa Maria ali tivessem lugar.

No Guia de Turismo dizia A. Guimarães, a pág. 137 da 1.^a edição, que devia ter-se por pertencentes a um tríptico que teria sido dessa capela, duas tábuas em que se representava uma Anunciação do séc. xv. Mais bem informado diria na 2.^a edição do mesmo Guia (1) «em que circunstâncias de verdade vergonhosas, foram encontrados os elementos que, reunidos agora, concertam a obra magnífica do Tríptico gótico que devemos denominar «A Deposição no Túmulo». Por exclusão de partes diremos, apenas, que os volantes foram encontrados com aplicação a um retábulo néo-Clássico que se

(1) Edição de 1953, pág. 129-131.



Fig. 3.— *Volante do retábulo proveniente da Capela de S. Braz.*
Séc. XV.

exibia na capela de S. Braz e a parte central encontramo-la constituindo material de uma parede, num aposento obscuro do interior do edificio, que servia de «arrecadação», incluindo na descrição do tríptico, como partes exteriores dos volantes, as tábuas da Visitação já referida.

O retábulo neo-clássico também não seria o que o Visitador ordenava que se puzesse; era talvez o que o substituiu e esse não sabemos como se compunha. No neo-clássico foram aplicados os volantes de um mais antigo que tivera de ser posto de parte. Nisso não há dúvida. A humidade da quadra havia de contribuir para a oxidação dos vernizes e o facto talvez se verificasse então como agora, mais no corpo central do retábulo, o que teria feito votá-lo a serviço de tapume.

O tríptico em que se notam influências espanholas e flamengas é dos meados do séc. XV, desconhecendo-se por

completo autor ou oficina a quem deva atribuir-se, julgando-se que possa ser catalão.

No painel central se representa a Deposição no túmulo e nos volantes, pelo interior S. Braz (1) no da esquerda e S. Jerónimo (fig. 3) no volante da direita, estando representado no ângulo esquerdo deste painel, aliás numa representação pouco frequente dado o número de borlas, um

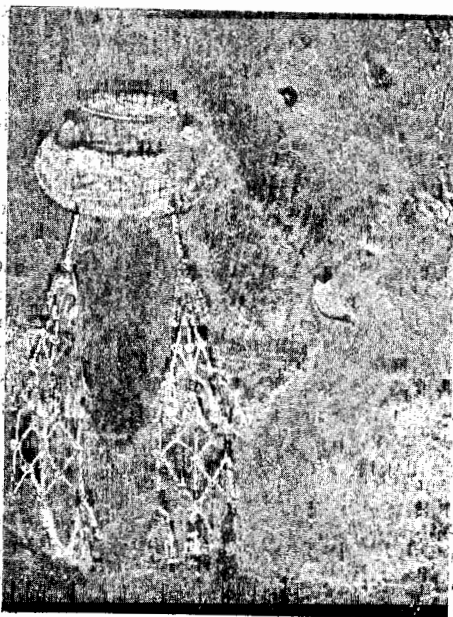


Fig. 4 — Chapéu de arcebispo.

chapéu de arcebispo, pormenor até agora esquecido e que nos parece muito importante (Fig. 4).

Indubitavelmente a representação da insígnia arqui-episcopal significa que a obra foi encomendada por um arcebispo. Não sabemos com justeza quando se termi-

(1) Por figurar o patrono da Capela no retábulo do altar podia ser que não se tivesse chegado a realizar a imagem de vulto.

nou a capela, mas o período de governo de D. Fernando da Guerra na Sé bracarense — 1416 a 1467 — abrange um lapso de tempo que é o mais ajustado para dar por concluída uma obra cujo período de factura sempre tem sido julgado entre 1419 e 1450.

Como sabemos em 1431 determinou D. Fernando da Guerra em Synodo Geral celebrado em Braga, que passasse a celebrar-se no Arcebispado e Dioceses sufragâneas, em sábados determinados um officio de nove lições em honra de N.^a Senhora. Não é de estranhar ver uma dádiva sua na capela tumular do vedor de seu tio, sede de confraria em honra da mãe de Deus, por cuja intercessão afinal o próprio Arcebispo lograra a sua destacada posição, uma vez que a protecção de seu tio, não seria a que foi se de Mestre de Aviz não subisse a Rei.

De resto, o gosto do Arcebispo em encomendar belas obras de arte permite que dele nos lembremos logo, independentemente de outras razões e da concordância cronológica, no primeiro lugar para comendatário de peça tão categorizada, uma vez que no tríptico figurava tal insígnia. Como já sabemos pelo exterior uma Anunciação abrange os dois volantes, sendo representado o Anjo no volante esquerdo e a Virgem recolhida em suas orações no volante da direita. (1)

Outra denominação que frequentemente era dada a esta capela do «Serviço» era a de «Misericórdia Velha» nome que lhe veio de também no seu recinto ter funcionado desde a sua fundação até que teve casa própria a Misericórdia de Guimarães. Um emprazamento com data de 4 de Setembro de 1511 dá por local de escrita a capela da Misericórdia, que era a de S. Braz, na crasta de Santa Maria. Pelo séc. xvi fora, muitos são os documentos relativos à Misericórdia em que podemos ler «A Mesa e Irmandade reunidas no seu taburno na crasta de Nossa Senhora da Oliveira...» (2)

Como já vimos acontecer com a capela de S. Pedro, também a de S. Braz servia a várias reuniões, nem sempre

(1) Veja-se reprodução fotográfica a pág. 124 do Guia de Turismo, de A. Guimarães, 1.^a ed.

(2) Sobre a Misericórdia de Guimarães onde são muitos os documentos transcritos — A. L. de Carvalho: «Santa casa» ou «A Misericórdia de Guimarães» por Alfredo Dias Pinheiro.

de carácter religioso ou sequer pio, como eram as da Misericórdia. Um curioso emprazamento feito pelos clérigos do coro diz mesmo «ante o altar de S. Braz estando aí alguns clérigos do coro à missa da mulher d'Almoti» (1). Ao mesmo tempo uns cuidavam das almas, outros dos interesses do mundo. Em dias de festas, como no de Santa Isabel, santa obreira de tantas misericórdias, naturalmente também o laico tomava a dianteira para armar a capela e crastas, com juncos e festões bizarros (2) a acabarem de compor o naturalismo exigido pelo tema da vida do Baptista espraído na composição dos frescos da capela joanina.

Mais de uma vez temos tido necessidade de recorrer ao «Inventário Geral dos Benefícios, Capelas, Sepulturas & da Colegiada» feito em 1665. Por ele sabemos que já nessa data a capela era resguardada por grades, de que muitos vimaranenses ainda se lembrarão. Tais resguardos obtavam a que algum devoto larápio se apropriasse dos bens que adornavam as capelas, ainda que frequentemente se tomassem outras medidas, como pode ver-se do texto de uma visitação de 14 de Junho de 1685, capítulo 27 «Faltam castiças nos altares de S. Roque, de S. Cosme e Damião, e de nossa Senhora sitos no claustro desta igreja, pelo que ordenamos as pessoas obrigadas a fabrica dos ditos altares que cada uma pelo que lhe toca, respectivamente, mande por nellas castiças de estanho ou bronze com a possível brevidade. Para que os ditos castiças se não furtem podem estar presos com cadeias como em muitas partes se pratica, e também o sachristão tera toda a vigilancia em que não falte cousa alguma que pertença aos altares da igreja ou claustro della.»

Não era só por causa dos roubos que se impunha o resguardo das grades, mas, também imperiosamente, por causa dos porcos.

Senão vejamos como se insiste nas medidas de luta contra tal bicharada: em 25 de Novembro de 1554—«... e provejão e ordenem de maneira como não êtrem os porcos na claustra» em 10 de Outubro de 1554 «he proverão

(1) Abade de Tagilde, obra já citada.

(2) Segundo uma nota de pagamento citada por Alfredo Dias Pinheiro a pag. 14 da obra citada.

e ordenarão de modo como não ãtrem os porcos na sãcris-
tia e mandamos q a porta da crasta do prior por Rezão dos
porcos q por ella entrão se feche e se não sirvão por ella
se não quando o dito prior por ella for ha igreja e asy
mandamos q se ordene». O remédio não surte; busca-se
outro — «fomos informados q nesta Igreja ha hum homem q
tem obrigação de lançar os animais fora da igreja e q por
este trabalho goza do Privilegio das Taboas Vermelhas
e porq semostra ser remisso nesta obrigação lhe mandamos
q daqui em diante continue este exercicio com mais cui-
dado» (1675). Mas, ou o cuidado não era muito, ou os
invasores numerosos, lança-se mão de outra panacea —
«por nos constar, q a toda a hora entrão na Igreja desta
Collegiada sevadoz tão prejudiciaez nella, pois alem de a
sujarem, roem as toalhas dos altares, e levão athe os ossos
dos cadaveres, cuyas entradas se devem obviar pl.º mdo
possivel pellos inconv.tes que dellas rezultão; por tanto
ordenamos e mandamos ao Rd.º Conigo fabriq.º mande
fazer fojos as portas da Igr.ª em tal porporção, q sirvão
de Impedim.º aos tais animais, por ser este o remedio de
q se temuzado em as mais das Igrj.ªs deste nosso Archd.º
donde delle se necessita (21 de Abril de 1716).

Ao cónego fabricante parece que não incomodariam
tais espectáculos e três e quatro anos depois ainda os fossos
não estavam feitos, e o visitador de 30 de Setembro de 1720
ordenava que ou desse execução ao disposto anterior-
mente, «ou se ponha Perreyro, para impedir entrar animais
immundos na Igreja». O enxota-cães perdurou até ao
princípio do nosso século. Os fossos não sabemos se
chegaram a ser feitos. Serviriam para impedir a entrada
de perros e porcos, mas não dos que se alvejavam no capí-
tulo 12 da Visitação de 3 de Março de 1624 — «Temos
informação q nas capellas da Igreja e cantos da crasta ha
porta do choro seourina sendo grande indessência e deza-
cato, q se faz aos dittos lugares pello q mandamos q
aodiante se não faça sobpena de excomunhão Major
ededes cruzados Porcadavez para a cruzada e fabrica da
Igreja» (1) Aspectos deploráveis...

(1) Certo emaranhado de arame farpado colocado atrás
do arco manuelino que se expõe à entrada do jardinete procurava,
em nossos dias, obstar ao mesmo desmando.

J. Huizinga dá notícia na sua obra «O outono da idade média» do delírio com que em 1429 foram escutadas durante dez dias as pregações do Irmão Ricardo no cemitério dos Inocentes, para que muito teria concorrido o ambiente, onde havia galerias decoradas com frescos representando a «Dança da morte», e por toda a parte se viam crâneos de cadáveres amontoados à vista do público.

Julgamos hoje que os ossos dos cadáveres assim à vista de quem fosse por suas devoções levado a percorrer o claustro de Nossa Senhora da Oliveira, havia de impressionar vivamente; mas talvez sejamos induzidos em erro pelo deshábito de tais espectáculos. A muitos espíritos feminis, sempre mais susceptíveis, parece que o facto não causaria impressão desagradável, pois é preciso que o visitador lhes proíba «sob pena de excomunhão ipso facto que nenhuma mulher de qualquer qualidade q seja corra a via sacra do claustro da Collegiada» (5 de Maio de 1705). Ainda que fosse só por uma questão de limpeza — sabemos que o mesmo Dom Prior teve vários outros cuidados nesse sentido — D. Diogo Lobo da Silveira tendo verificado ser cemitério um carneiro que havia no canto do claustro perto da porta da sacristia, «mandou por dous letreiros e postigos cõ argolas de ferro levadiças p.^a q com facilidade se lhe botem os ossos vagos do semiterio da terra solta que esta detras da capella-mor».

Vimos assim como a bicharada a grunhir, a ladrar, larga ossos aqui, escava acolá, sôfrega por algum corpo mais à superfície a impressionar-lhe o olfacto, e o perreiro atrás deles, correndo, praguejando, eram personagens de cenas quotidianas num local de peregrinação, romagem e devoção. Hoje quem evoca a vida num claustro, pensa em silêncio, meditação, modos contritos. Pode ocorrer-lhe imaginar o desfile pausado de uma procissão; quasi sempre esquece o patético dos enterramentos, o tilintar do sanctus, o ecoar dos cânticos. Mas o grunhir dos porcos é que nunca lhe lembrará!

Antes de continuarmos a enumerar os altares que podiam ver-se no claustro da Colegiada, há que dizer para complemento do que se conheça sobre a capela de S. Braz, que durante as obras de um restauro que na Igreja se verificou em 1880 e 1881, foi o Santíssimo Sacra-

mento acolhido nesta capela até 19 de Março em que processionalmente foi conduzido à capela da cabeceira do lado da Epístola, onde ainda se encontra.

Passemos ao altar de Nossa Senhora da Pombinha (1) que se situava à direita de quem da sacristia entrasse no claustro. É o primeiro referido no Inventário de 1665 onde figura citado sucintamente: «O Altar de N. Sr.^a da Pombinha não tem padroeiro». Este mesmo altar já encontráramos referido num outro inventário de 1585, a propósito dos retábulos existentes na igreja.

Como é conhecido, por mais de uma vez o claustro de Nossa Senhora da Oliveira sofreu modificações. A propósito de um outro altar, o inventário de 1665 elucida «q̄ mostram ser da Igr.^a antiga antes da reforma das claustras». Também o semanário «O Independente» ao publicar extratos deste mesmo inventário (ano de 1908, n.º 318-319) diz que «as obras de reconstrução que ali fizeram ha tempo, e aquelas que ainda projectam realizar para corrigir os desmandos vandálicos do começo do século passado, dão actualidade e interesse ao velho documento». Em 1928, para adaptação a Museu, também o claustro sofreu reparos e algumas alterações. É de prever que não sejam as últimas, pois novas portas se hão de rasgar para darem passagem do claustro a um novo corpo do Museu, onde funcionarão serviços de secretaria, biblioteca, e se instalarão as salas de exposições temporárias e a de conferências. (2)

Desconhece-se qual das reformas tenha feito desaparecer o altar de Nossa Senhora da Pombinha e também se não sabe quando e quem o terá fundado. Teria, isso sabemos, pelo menos um retábulo que seria pintado (?) e uma imagem de N.^a Sr.^a da Purificação que felizmente ainda se admira no Museu. (Fig. 5) É uma peça do princípio do séc. XVI (3) imagem de aspecto rude, mais pare-

(1) N.^a S.^a da Purificação, representada com o Menino que se entretem a brincar com uma pomba que geralmente a Mãe segura com a mão direita.

(2) Neste edificio encontra-se por enquanto a Caixa Geral de Depósitos.

(3) Alfredo Guimarães perfilhava a mesma atribuição cronológica (Mobiliário Artístico Português, vol. I, pág. 17.)

cendo obra de can-
teiro do que de escul-
tor, mas curiosa no
tratar dos volumes,
robustos, sem atarra-
camento, no gosto do
arranjo das roupa-
gens, na singeleza da
factura, sem que se
possa dizer, não obs-
tante o seu aspecto,
que se trata de uma
obra fruste. Deslo-
cada para ângulo
completamente dife-
rente do que ocupou
primitivamente, admi-
ra-se sob o arco ma-
nuelino que no jardim
nete fradesco, logo à
entrada do Museu,
lhe oferece por mol-
dura os troncos de
era que por ele sobem
e ao sol se espriam e
balançam. Era diante
desta imagem em seu
altar, que em sexta-
feira de endoenças ia
«o Cabido a pombinha
dizer hũ pater noster
secreto por hũ de-
funto» (1)



Fig. 5 — Nossa Senhora da Pombinha.
Séc. XVI.

À esquerda da
porta da sacristia en-
contra-se no
séc. XVII, o altar de
S. Roque, da fundação de D. João Lobo de Faro que,
foi prior da Colegiada em 1642; é provável que a

(1) Alberto Vieira Braga — Curiosidades de Guimarães,
vol. XVII, pág. 91.

sua fundação date justamente desse ano. Em 1685 já se achava mal cuidado pelo seu administrador, como tivemos ocasião de ver num documento atrás citado.

A este altar de S. Roque seguia-se o dos dois irmãos médicos, S. Cosme e Damião, cujo culto tão divulgado foi na província do Minho, como bem o provam tantos vestígios desse mesmo culto (1); julgamos que estivesse erecto à direita de quem saísse da sala capitular. Que existia e estava falho de peças à data em que também o estava o altar de S. Roque, é tudo quanto sabemos acerca dele até agora.

Depois seguia-se o altar da Irmandade de S. Pedro, recolhido na capela, como já vimos. Continuando pelo claustro, parece não haveria outro altar antes do de S. Luís, provavelmente colocado ao canto e à direita do túmulo do Dr. Manuel de Valadares. Julgamos que este tramo teria, pelo menos no séc. XVII (2) um aspecto muito próximo do actual. A mais, nas paredes, apenas duas cruzes (3) e algures um banco, se bem interpretamos o «assento» — «da d.^a capella de S. Pedro athe o assento esta hũa crus da mesma pedra na parede». De tal assento para repouso momentâneo dos que por ali deambulassem desfiando orações, ou no acompanhamento de parente levado ao descanso no túmulo, se achassem minguados de coragem, não temos outra notícia, podendo bem ter sido em pedra ou em madeira, como era comum encontrar-se por claustros e portarias; estava provavelmente por alturas do passadiço, que há onde o ritmo da arcaria é interrompido, passadiço esse que vai da capela-mór para o primeiro andar do edifício condal. No chão, como por toda a parte haveria a mais do que hoje, sepulturas, modestas e anónimas umas, como seriam as dos finados dos

(1) Augusto da Silva Carvalho — O culto de S. Cosme e Damião em Portugal e no Brasil. Coimbra, 1928.

(2) Seguimos o inventário de 1665, único documento que encontramos a referir-se a esta zona do claustro.

(3) Julgamos que sejam justamente as duas cruzes de pedra, mutiladas, do tipo das que se usavam por sinal de sagração, e que se guardam no Museu, pois sabemos que foram retiradas de uma das paredes do claustro. É muito para lamentar que do restauro desta quadra, como das outras, não nos tenha ficado relatório, que seguramente teria o maior interesse.

hospitais em que se enterravam os pobres neles falecidos «e assim os confrades que não tiverem jazigo» no pedaço de chão junto do altar de Santa Maria da Graça (1); outras com elementos curiosos que facilmente permitiam identificar o sepultado, como a do alfaiate que mandou esculpir umas tesouras na tampa da sua «cova Jazigo» que no séc. XVI se podia ver junto da porta do paço do prior (2).

Não é sem razão que dizemos que o altar de S. Luís deveria estar ao canto e à direita do túmulo dos Valadares, autorizados pelo texto de uma Visitação de 1538 — «E ho Retavolo sobre que estaa (3) se poraa na crasta com hum altar a outro canto della como os outros q nella estam para em elle se poder dizer missa comodamente», completando como que diz o Inventário de 1665 «Este altar da piedade e os dous tumulos q estao alevantados de hũa e outra parte do altar são da geração dos valadares e os letreiros o disem e as armas q estão sobre o alto do retabolo e as mesmas estão sobre a sepultura da parte de baixo feita no anno de 1550. Esta capella tem obrigação a fabricar João de Valadares, que hoje vive, e o d.º Illm.º s̃. Dom Prior Dom Diogo Lobo da Silvr.ª (4) lhe mandou fazer o altar e pintalo e abanqueta e taburno no anno de 1662».

Esclarece-se que o altar da Piedade e de S. Luís são o mesmo, como o prova passo do mesmo documento «Os dois tumulos antigos que estão no Claustro junto ao altar da Piedade, por outro nome de S. Luís, que mostram ser da Igreja antiga, antes da reforma das claustras jazem neles [...] e foram depois de Simão Rebelo cavl.º da casa de El-Rei que lhes deu por sua parte o P.e João de Valadares por ser seu sobrinho no anno de 1540; junto aos quais muimentos fez depois Manuel de Valadares primo co-

(1) Não encontramos documentação que nos permitisse localizar este altar.

(2) Guimarães e Santa Maria, por Oliveira Guimarães, a pág. 12.

(3) O que «estaa», era um crucifixo que estava num altar, cuja invocação se não diz, e se situava no cruzeiro da igreja.

(4) Expõe-se no Museu um relicário com um osso de S. Torcato que foi oferta deste muito citado D. Prior.

-irmão do Dr. Simão Rebelo de Valadares (que hoje vive) e seu bisavo o muimento e o dito altar ou capela como atrás fica dito.»

O erudito Abade de Tagilde, ocupando-se do vínculo dos Valadares (1) opina que a capela de S. Luís teria sido ordenada pelo cônego Francisco Martins Bordom em 1332, pois em testamento ordena que o seu corpo seja enterrado «ante a parede do refeitório e ho jaz Martins Vizela» e manda que se faça aí uma capela «assi como esta a que fez Lourenço Pires que foi conego» donde fica a saber-se da existência de mais uma capela algures na claustra no sec. XIV e seguintes até à primeira reforma. A fábrica desta capela de S. Luís ficava a cargo do Cabido, para o que lhe legou a quinta de Caide e as casas em que vivia em Guimarães. Em abono desta opinião cita o erudito abade, documento em que se diz que os clérigos coreiros se tinham reunido em cabido ante a capela de S. Luís que está na crasta, no ano de 1496.

Como também as devoções têm as suas modas, está bom de ver que o primeiro altar foi da invocação de S. Luís, um santo medieval, tendo passado com a reforma do altar, que terá sido feita pelo Dr. Manuel de Valadares, a ser invocada N.ª Sr.ª da Piedade, cujo culto estava entre nós muito em voga nos meados do séc. XVI (2)

Como vemos, mais uma vez aparece referência a um retábulo, provavelmente em tábuas, pintado, como seriam os outros que na época existiam pelo claustro e na igreja. Consultando o «Título dos Retabulos» do Inventário de 1585, parece-nos não estar este incluído, aliás como não está o de S. Braz, o que não é de estranhar por se tratar

(1) In «Revista de Guimarães», vol. XXIV, pág. 145-178.

(2) Dizer-se no Inventário que a capela tem obrigação de fabricar João de Valadares (em 1665) significa tão só que é o responsável pelo provimento do que vá sendo necessário para officios e boa conservação, como seriam as beneficiações levadas a cabo em 1662, por ordem de D. Diogo Lobo da Silveira que foi incansável no fazer de novo. O mais provável é que o mesmo altar fosse transformado ou acrescentado de peças mais ao gosto da época e conformes com a categoria social de quem o fabricava.

de capelas particulares. Tantos são os citados no referido título:

It huñ Retablo de nosa S^{ra} cõ o mynino
de Jesu eos tres Reis maguos cõ portas p.^a se
cerar o q̄l deu bastião glz avogado

It outro Retablo de nosa S^{ra} que estaa
nas grades de fero. (1)

It outro Retablo de Santa ana

It outro Retablo q̄ esta na capela do Smo
Sacram^{to} todo Inteiro pfeito sem lhe faltar
peca nenhũa nem Imagens (2)

It outro Retablo que estaa no altar de nosa S^{ra}
da pombinha nas crastas

It huñ Samsebastião q̄ serve nas procis-
sões (3)

Do altar da Piedade nada resta, nem tão-pouco dos túmulos que no séc. xvii mostravam «ser da Igr.^a antiga antes da reforma das claustras»; apenas o túmulo de D. Manuel de Valadares, datado de 1550 marca no local a posição de um conjunto que deve ter sido muito curioso, e seguramente com obras de arte de boa qualidade, já pelos muitos haveres da família que o fabricava, já pelo senso estético que a casa do séc. xvi que possuíam para sua morada na actual Rua Gravador Molarrinho e igualmente o túmulo, bem documentam.

O túmulo que é parietal, tem nas proporções todo o equilíbrio das obras da Renascença clássica, reser-

(1) Ou seria este o retábulo da capela de S. Brás?

(2) Devia tratar-se de altar de madeira esculpida e de grande valia artística, sabido que a capela do Santíssimo foi toda ornada à custa do Cônego Gonçalo Anes, com sacrário, retábulo, altar, imagens, e grades como diz o Padre Carvalho da Costa na sua Corografia, em 1706. Foi por este mesmo cônego que foi oferecida a custódia magnífica, datada de 1534 que se expõe no Museu de Alberto Sampaio.

(3) Já fizemos referência a mais um retábulo além dos que este título cita (pág. 21) e é de crer que ao tempo ainda existisse esse outro citado em 1538, a menos que ele fosse o de N.^a S.^a da Pombinha. O retábulo de prata, esse foi citado no «Título da prata». Parece que deveria existir um segundo retábulo de S. Sebastião, como veremos adiante.

vando o artista a sua fantasia apenas para o desenho das armas dos Valadares.

Uma inscrição no lintel diz: D. MNOEL E VLADARES E SEUS SOCESORES. Sobre a arquitrave a data. M. D. L. Na tampa do túmulo uma jacente mostra o inumado com a sua toga, cuja factura arcaizante parece ter sido influenciada por oficina local, de que teriam saído peças na centúria anterior, e a cujo labor talvez não tenha sido estranha, influência do artista da jacente da primeira duquesa de Bragança e do cruzeiro dito de Nossa Senhora da Guia.

Difícil nos é agora imaginar a ala do claustro em que nos achamos, pela ausência de referências. Para localizar sepulturas, o Inventário de 1665, fala da «porta do Cabido» ou «porta da casa em q se fas o Cab.º» e ainda «porta da fabrica». Em 1706 o P.º Carvalho da Costa refere-se acidentalmente, na sua «Corografia Portuguesa» à porta da serventia da casa do Cabido e Cartório da Igreja. Estas portas eram provavelmente as que subsistiam a quando do restauro de 1928 e davam passagem cómoda, pela porta que existia rasgada sob o janelão que ilumina a capela da cabeceira da igreja do lado da Epístola, para a casa do cabido e os baixos desta (onde se instalava a fábrica). Incólume dos frios que no inverno se abatem no claustro (as canículas não têm lá entrada!) o Dom Prior passava abrigado sob um passadiço telhado e envidraçado, para cuja construção houve que fazer desaparecer uma coluna e seu capitel que no ritmo dos outros, se elevava, justamente a meio caminho, daquela porta e da que dava directamente para a sua residência.

Seria pelos panos livres desta parede do claustro que se alongavam os frescos da via sacra? Cremos que sim, pois está-se justamente ao lado direito da face exterior da capela de S. Brás (1).

Olhando para fora, para o jardim, onde uma oliveira lembra a invocação de Santa Maria de Guimarães, vemos que no vão da escada que sobe até à porta superior da capela mór e «nas Costas da Capella do Santissimo Sacra-

(1) Alfredo Guimarães — Mobiliário Artístico Português, vol. II, pág. 80.

mento estão dous quaixois de pedra enxeridos na parede e por guarnição cada hum tem hum arco de pedra. São sepulturas dos amarais desta villa...» Na tampa de um dos túmulos o letreiro em gótico diz, como então, «Aq jaz Fernam de Freitas e sua neta Mecia»; o que já não acontece na frente do mesmo túmulo em que só as primeiras letras dão notícia da existência de uma inscrição que se alongava em quatro linhas, inscrição que foi picada para dar lugar à que, em caracteres romanos, ainda hoje se vê e reza assim: «Estes dous mementos são do morgado da casa nova de S. Bras q he admenistrador Jose de Freitas do Amaral». Ao segundo túmulo falta a tampa, que é bem possível, tenha sido removida em 1809, e na frente lê-se apenas: «Freitas do Amaral».

O inumado do primeiro túmulo — Fernão de Freitas — é o escudeiro do terceiro Duque de Bragança, sobre quem desabou a justiça de D. João II. Fiel aos Braganças, foi chanceler de D. Jaime, e essa fidelidade acarretou-lhe ter sido desterrado de Guimarães. Mas é na sua terra natal que deseja ser enterrado, no túmulo de família, na claustra da Colegiada. E assim foi. Os túmulos datam do séc. xv. (1) Entre os dois arcos, ao alto, lavradas no séc. xvii, e numa composição heráldica de valor artístico, em escudo esquartelado as armas em que se lê Barbuda, Amaral, Freitas e Ferraz, sobrepujadas por elmo sem paquife. O timbre é de Barbuda.

Sem querermos dizer que haja de atribuir a este conjunto tumular um especial carácter artístico, não podemos deixar de afirmar que é um dos recantos da velha crasta que mais enleva os olhos do visitante.

Talvez não fosse bem assim no séc. xvii, pois «Ao adro da terra solta que fica nas costas das capellas mor e colaterais desta Igr.^a se enterrão os pobres desta villa presos do Castello e cadea da correição e dos hospitais da misiricordia e rua sapateira e por os ossos andarem vagos e serem muitos e por sima da terra os mandou o

(1) Abade de Tagilde «Vínculos» in «Revista de Guimarães», vol. XXIV.

Ill.^{mo} Dom Diogo lobo da Silv.^a os mandou recher no semiterio da claustra» (1).

No último canto do claustro que nos resta, encontrava-se antigamente a capela de Santo André cuja fundação data de 1409, como diz a inscrição, na lápide que actualmente se expõe à esquerda de quem saia da sala capitular, assente em ferros forjados modernos, mas de inspiração felicíssima:

ESTA CAPELA MAND
 U FAZER AFONSO ANDRE
 CONIGO DESTA IGREJA
 E ABADE DE SAM GEES A
 RCBDR DE SANTO ANDR
 E E FOI FEITA ENA ERA DE
 MIL E QUATROCENTO
 E COREENTA E SETE
 OS DEUS SE AMERCEE (2)

Naturalmente sofreu o altar reformas como afinal parece ter sofrido a maior parte dos que eram da «igreja antiga»; diz o inventário de 1665 que o tinham instituído «os fiéis christãos p.^a fazerem irmandade das almas e com esmolas que derão se comprou o retabollo que foi da Igr.^a de St.^o Sebastião, e o altar mandou pintar a sua custa, conforme nos dicerão o Rd.^o Conego Christovão ferras dos guimaraes Commissario do St.^o off.^o e atalha e couros em resguardo do altar mandou fazer o Ill.^{mo} sr. D. Diogo Lobo da Sillvr.^a no anno de 1662 e o mesmo serviço fes em todos os altares da Igr.^a e claustra».

A instituição feita pelos «fiéis christãos» não fez mais do que tomar posse e reformar o velho altar, dotando-o com retábulo que supomos seja um quatrocentista que

(1) O outro «adro da terra solta» é o quadrado de jardim em que se ergue o busto do fundador do Museu, Sr. Alfredo Guimarães.

(2) Já publicada por A. Belino in «Arqueologia Cristã», pág. 121.

encontrámos nas arrecadações e trouxemos para a luz da exposição. O retábulo, como se diz, fôra «o» da Igreja de S. Sebastião e destinava-se ao altar da Irmandade das Almas na igreja de Nossa Senhora da Oliveira, a funcionar no claustro. Não inte-ressando o retábulo completo, em que figuraria S. Sebastião (dizer-se «o» significa que havia só um, e nesse devia figurar o patrono da igreja) santo que nada tinha que ver directamente com a irmandade em questão, terá ocorrido aos compradores apenas o lado esquerdo do retábulo, ficando ao centro a figura do Arcaño que, espada em riste, abate o tentador das almas. Na impossibilidade de fazer desaparecer a figura da santa da extrema esquerda da tábua (1)



Fig. 6 — Retábulo do Altar de Santo André (Capela das Almas).
Séc. XV.

(1) Trata-se de Santa Margarida e não Santa Catarina como A. Guimarães supunha ao enumerar o quadro a pág. 38 do III vol. dos «Estudos do Museu Alberto Sampaio». Lá está a alçar a delgada cruz, com que tantas vezes é representada. O monstro provavelmente está parte no quadro existente, parte no restante da tábua que teria sido necessário cortar para centrar a figura de S. Miguel.

que ficaria demasiado insignificante se ela fosse cortada, vêmo-la no quadro que hoje resta, figurar como espectadora. Para dar à figura de S. Miguel o centro da nova composição assim obtida, não poudo cortar-se a tábua tanto que não tivessem restado elementos da primeira figura central, vendo-se ainda restos das flechas e o cotovelo esquerdo a indicar que o braço estava flectido, posição em que o santo é comumente representado. (Fig. 6).

No séc. XVI havia na igreja da Colegiada um retábulo de S. Sebastião, provavelmente pequeno, pois servia para figurar nas procissões, e que foi enumerado no título dos retábulos, no inventário de 1585. Mas cremos que existia um outro, certamente maior e que vem citado na Visitação de 1538 «O retábulo de S. Sebastião se mudará ao outam do cruzeiro da parte do meio dia onde se fará um altar co seo degrao para em ele se dizerem as missas de Sam sebastião». Não julgamos no entanto que a tábua que se guarda no Museu seja qualquer destas pelo que atrás dissemos quanto à sua figura central articulando com a referência do inventário seiscentista.

Era como vimos preciosa esta referência do inventário de 1665, mesmo no que se refere aos frontais de altar com que foram dotados os altares. É de crer que fossem no género dos que de Pombeiro vieram para exposição no Museu Regional de Alberto Sampaio, também do séc. XVII, trabalhados a ferros e policromados (1).

Diante destas soberbas obras de arte que se viam no altar de Santo André cantava o Cabido, por obrigação, as primeiras vésperas da festa do santo, que se celebra a 30 de Novembro e uma missa depois de prima. Também era sua obrigação, em principio do séc. XVIII, rezar as Speciosas de Gonçalo Romeu (eram ao todo 58) a começarem no Domingo de Páscoa e a acabarem na véspera da Santíssima Trindade.

O altar subsistiu com este mesmo nome até aos primeiros anos do nosso século, pois não são poucos os vimeiraneses que ainda se lembram de ali existir um altar dessa invocação, embora sem retábulo nem os resguardos de couro.

(1) Para conhecimento destes frontais veja-se A. Guimarães. — Couros policromados de Córdova, no Vol. III dos «Estudos do Museu de Alberto Sampaio».

À sua esquerda levantavam-se «dous muimentos de arco metidos na parede que disem ser de estevão Machado de Miranda hum delles tem dentro do arco pintada hua imagem de A Sra ao pe da crus, e o outro tem outra imagem pintada do S^r preso a columna e entre elles pella parte desima dos arcos esta hum escudo de armas e dous anjos tendo mão nelle tudo pintado com hum letreiro aroda de letra gotica que continuando as letras na volta da pedra se não deixão ler».

Aqui estava em erro o padre escrivão, porquanto de todo o conjunto o que resta é ainda a legenda à volta de um escudo em branco, e em que se lê «ESTA OBRA E DE GIL LOURENCO CAVALEIRO CRIADO DELREY DOM JOÃ», legenda também já lida por Belino (1) que ainda poude ver o braço pintado a cores, bem como o viu o Abade de Tagilde que leu Machados, Mirandas, Gomides e Azevedos, sendo de parecer que a pintura das armas era muito posterior à legenda, o que é natural, indicado claramente pela união de apelidos.

Este Gil Lourenço que foi o instituidor do vínculo, trocou o seu apelido de Gomide por Miranda, diz-se, por ter sido alcaide de Miranda do Douro, de 1417 a 1430 como homem de confiança de D. João I, de quem tinha sido familiar (2). Exerceu vários cargos importantes em Guimarães e era homem de muitos haveres. A cabeça de vínculo que era nobre casa com torre na antiga rua das Flores, com privilégio de couto, foi comprada no séc. XVII, já em ruínas para se alargar o terreiro da Misericórdia. O monógrafo vimaranense Padre Caldas (3) ocupando-se dos morgadios que havia em Guimarães diz que este de S. Miguel «tinha nobres jazigos levantados no claustro da Colegiada» o que é significativo de já não existirem ao tempo em que o autor redigia (1881).

O restauro que em 1928 tenha sofrido o local supomos que fosse apenas endireitar a parede abaulada, e

(1) Obra já citada, pág. 121.

(2) Arrojar-se «criado» de D. João I não significava que tivesse sido seu serviçal, mas pelo contrário, que vivia em sua casa como família. Ver Cordeiro de Sousa. — Inscricões portuguezas do Museu do Carmo, 2.^a série, pág. 6.

(3) Padre Ferreira Caldas. — Guimarães. Apontamentos para a sua história, 1881.

tudo leva a crer que se deu à pedra com a inscrição o seu justo lugar.

Muitas vezes diante de dois túmulos que hoje se encontram expostos na capela de S. Braz, e o Fundador do Museu, encontrou sob o lagedo da mesma capela quando houve de ser removido o pavimento para ser composto, perguntamo-nos se não seriam os que tivessem estado sob os dois arcos que hoje já não existem. Que eram túmulos parietais os que hoje se expõem na capela de S. Braz não restam dúvidas, como bem o mostra terem tido apenas uma das faces laterais decorada. São duas peças em granito macio, qualquer delas já sem a respectiva tampa. Num dos túmulos toda a decoração está safada, compreendendo-se apenas que nela figuraram dois escudos em que julgamos ver a forma do que a legenda dos Mirandas circunda; no outro pode ver-se ainda as armas do inumado, numa disposição repetida, não como acidente decorativo, mas como único tema, envolvido por uma folhagem silvestre. Como sabemos é frequente a decoração heráldica encher completamente os quadros das faces dos sarcófagos, nomeadamente no séc. xv, atestando quanto os seus possuidores se orgulhavam das suas armas. Quanto a estas de que nos ocupamos, hoje são apenas uma grande interrogação, para especialistas como o Sr. Vaz-Osório da Nóbrega ou o Sr. Jorge de Moser, aos quais nos permitimos solicitar opinião.

Terá a flor de liz alguma relação com as que aparecem no braço dos Mirandas? E o leão? Como sabemos, data do reinado de D. João I a organização da heráldica nacional, «fixando-se as armas que ainda o não estavam e tornando-se próprias dos apelidos a que se encontravam mais ligadas», como diz o distinto académico António Machado de Faria, na introdução à análise da obra «Livro do Armeiro-Mór». O leão nestas armas será mais uma prova da subsistência do leão leonês na heráldica portuguesa do período heráldico do mesmo nome, mas a interrogação subsiste. A quem pertenceram? (Fig. 7).

Ou teria este túmulo sido do possível instituidor da capela de S. Luís, em cujo apelido Bordom encontramos motivo para pensar que era de origem francesa, e bem podia ser de nobre hierarquia? A escolha do orago da capela estaria então na melhor lógica.

Que no desenho das armas se nota influência da forma dos selos, não há dúvida, e se não é caso único, não deixa de ser muito curioso, tendo presente o desenho de um raro sinete encontrado no monte da Franqueira, em Barcelos (1). De resto, até mesmo abstraído da possível influência dos selos nas armas deste desenho, sabemos quanto foi cara aos artistas caniteiros esta forma de quadrilobo, como os que se vêm em Guimarães, no grande janelão da Senhora da Oliveira e o gótico francês impuzera nomeadamente com o «Calendário» de Nossa Senhora de Paris.

Bem pena é que no Mosteiro de Pombeiro, tão perto de Guimarães, já não exista a famosa galilé onde se podiam encontrar esculpidas as armas de todas as famílias portuguesas, e tão precisamente, que esse reportório heráldico servia de juiz para os casos duvidosos. Perdeu-se no séc. XVI (em 1568 estava já muito danificada)



Fig. 7 — Túmulo quatrocentista na Capela de S. Braz.

(1) José de Mancelos Sampaio. — Um sinete interessante, in «Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses», pág. 49-57.

aquele livro aberto que tão facilmente poderíamos consultar, ao menos para sabermos se havia de excluir-se da heráldica portuguesa. Ainda que o valor simbólico e histórico destas armas possa estar perdido, resta-nos o seu valor artístico, e a peça é na verdade digna de contemplar-se.

Fixado no arco toral que desenha o ângulo do claustro, encontra-se hoje um braço do séc. XVI, de composição plena, pertencente à família Pinheiro. Estamos informados de que já ali se encontrava a quando do último restauro (1928). Assinalava o local de alguma sepultura dessa família ou encontra-se deslocado e terá pertencido à capela dos Pinheiros? A mesma interrogação fazemos ante o arco manuelino que parece ter pertencido a uma janela; ao tempo em que foi removido para o jardinete à entrada do claustro, encontrava-se encostado à parede onde em tempos estivera o altar de N.ª S.ª da Pombinha (veja-se pág. 2) (1).

Pouco nos resta para evocar aspectos passados do claustro, no lindo e rico Museu Alberto Sampaio, uma vez que já nos ocupámos do último túmulo que nele existe (2) e não há notícia de que neste espaço que leva até à porta que sai para o largo da Oliveira (3), nem à porta que teria havido rasgada na parede do fundo, e dava passagem do claustro para a igreja, ou seja «a porta travessa da nave do sã» como dizia o inventário de 1665, se levantasse qualquer altar.

Ao que dissémos sobre esse túmulo acrescentaremos poucas palavras, de certo modo corrigindo a afirmativa de que o inventário citado, a ele se não referia. Mal localizado e lida a legenda erradamente, só agora na análise constante do texto do inventário verificámos que ele era assim descrito: «Desta mesma parte de baixo

(1) O jornal vimaranense «A Velha Guarda» atacava violentamente o Fundador do Museu por ter deslocado algumas peças, durante os trabalhos do restauro. Tanto quanto podemos hoje conhecer, era uma necessidade fazê-lo, como no caso deste arco, cuja nova colocação muito o valorizou.

(2) O Túmulo de Afonso Vieira e o cruzeiro dito de N.ª S.ª da Guia.

(3) O Abade de Tagilde diria Rua da Senhora da Guia e o Padre Carvalho da Costa em 1706 diria Rua do Postigo.

peguado na parede esta hum tumulo levantado com seu arco por cima as molduras p.^a fora o qual hua imagem de A Sr.^a Pintada e pella parte de fora tem hum letreiro gotico que diz assim Este he de Affonso ferreira e sua geração». Como já dissemos o que diz a legenda é: «Este he de Afonso Vieira e de sua neta M...». Há que registrar no entanto a existência de mais uma pintura, embora circunscrita à acanhada moldura, pintura essa que executada sobre a parede deve ter sido a fresco, como naturalmente eram as dos túmulos dos Mirandas.

Quem da entrada do Museu alongue a vista por todo o jardinete e tenha prazer de gozar com a contemplação do conjunto verdadeiramente belo que oferece o movimento da arcaria do claustro, há-de admirar-se de saber que desde meados do séc. XVI tal visão de conjunto lhe era vedada, até ser instalado o Museu. É que deante da porta que dá para o exterior, levantava-se uma das paredes laterais da capela de Nossa Senhora da Conceição, da fundação dos instituidores do vínculo do Paço de Nespereira, Pero Cardoso de Meneses e Dona Isabel de Carvalho, como diz o Abade de Tagilde (1) «des a primeira pedra sem a ajuda de nenhuma outra pessoa», capela essa que comunicava com a igreja, reformada entre 1830 e 1837 (período em que houve uma profunda reforma no corpo da igreja e claustros). Desapareceu do claustro o corpo da capela, que devia ser muito alta, a julgar pelo desenho do arco que se marca com nitidez na espessura do muro da igreja. No entanto, não sabemos porque motivo «desta primitiva capela somente resta uma das paredes laterais que se vê em frente à porta que da rua da Senhora da Guia dá para os claustros, e nela ostenta-se em alto relêvo o braço dos Cardosos Menezes do Paço de Nespereira» diz ainda o Abade de Tagilde em 1908.

Ao contrário do costumado, não lamentamos o desaparecimento deste pano de parede, que ficara talvez a servir de biombo. A pedra de armas com valor artístico felizmente ficou e foi incrustada na parede onde locali-

(1) Guimarães e Santa Maria, pág. 19.

zámos o altar de S. Roque; para ali foi removida a quando das obras para instalação do Museu.

Da mesma forma não lamentamos o desaparecimento dos tapamentos com que esteve revestida toda a capela de S. Braz, no gosto do que pode ainda ver-se no corpo da igreja de Nossa Senhora da Oliveira, nem tão-pouco umas incriveis vidraças que tinham por molduras os arcos, capitéis e colunas (!) aplicadas a todo o corpo do claustro.